

Carta à leitora e ao leitor

Cara leitora, caro leitor,

“O direito ao controle eficiente da Administração Pública” (p. 9) é o artigo que abre e sintetiza a essência deste número da Revista Simetria, considerando que o direito dos cidadãos à gestão eficiente da administração pública e a existência de dispositivos constitucionais para assegurá-lo são o cerne dos demais artigos. O aperfeiçoamento da administração pública é a preocupação de dois artigos. Os diferentes órgãos e instâncias de controle são abordados em quatro artigos. Por fim, a redução das desigualdades – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5, da Agenda 2030 – é a política pública defendida por quatro outros artigos do Caderno Especial desta edição.

Em “Nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, consequencialismo e jurimetria: um estudo sobre as decisões do Tribunal de Contas da União” (p. 23), os autores analisam as decisões do TCU em correlação com a LINDB e a jurimetria – tópico em que pesquisadores da Escola de Gestão e Contas do TCM têm se destacado.

“O (des)cumprimento da IN nº 01/2017 do TCM/CE para a criação de controladorias municipais: um olhar a partir do diagnóstico da rede estadual de controle interno da gestão pública” (p.46) é um interessante estudo de caso, no qual o controle externo do Ceará fomentou a rede de controladorias internas dos municípios.

Em “O controle externo no resguardo da administração pública: sua atuação na calamidade financeira do estado de Minas Gerais” (p.78), os autores discutem se a corte de contas poderia ter sido mais incisiva na prevenção do descontrole fiscal daquele estado.

“A boa-fé nas relações entre a administração pública e os seus administrados nos contratos administrativos” (p. 104) e “A criação da Escola do Parlamento de Mairiporã: empreendedores de uma política pública do legislativo municipal” (p. 124) são artigos que convergem para a necessidade de o poder público nutrir a confiança dos administrados, por meio de compromissos republicanos com a ética, a eficiência e a competência, atributos que precisam de aprendizado e desenvolvimento contínuo por parte dos agentes públicos.

“A contribuição dos tribunais de contas para a redução das desigualdades de gênero: caminhos possíveis” (p. 141) abre o Caderno Especial, argumentando que os tribunais de contas podem colaborar com tais políticas públicas por meio da “liderança pelo exemplo”.

O artigo “Avaliando desigualdade por meio da auditoria operacional: um estudo de caso na área da educação sob a ótica da equidade” (p. 164) evidencia a atuação substantiva das auditorias operacionais na indução ao aperfeiçoamento das políticas públicas.

“Os indicadores da pobreza no Brasil e a formulação de políticas públicas para o seu enfrentamento” (p. 180) aponta marcadores críticos da extrema pobreza, conclamando os formadores da agenda pública a enfrentá-la de forma adequada.

Encerrando o Caderno Especial e a 9ª edição da Revista Simetria, no artigo “Desigualdade de gênero na pandemia: ODS 5 no cenário pós-covid-19” (p. 193), os pesquisadores esboçam cenários pós-pandêmicos para discutir desigualdades cumulativas a partir da perspectiva de gênero, perpetuando esta reflexão que não pode esmorecer com o tempo.

Nesse contexto, desejamos a todos uma boa leitura, exortando a comunidade de leitores a apresentarem seus estudos e comentários para as próximas edições da Revista Simetria.

Profª. Ana Carla Bliacheriene

Diretora-presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP